



Revista Eletrônica de Filosofia  
*Philosophy Eletronic Journal*  
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo  
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 15, nº. 2, julho-dezembro, 2018, p.230-246  
DOI: 10.23925/1809-8428.2018v15i2p230-246

## A ABORDAGEM MODAL DA SORTE E A EPISTEMOLOGIA ANTI-SORTE DE DUNCAN PRITCHARD

**Bismarck Bório de Medeiros**

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM  
[bismarckborio@gmail.com](mailto:bismarckborio@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo, abordaremos o conceito de sorte na denominada epistemologia anti-sorte desenvolvida pelo epistemólogo Duncan Pritchard, bem como as críticas envolvidas a tal conceito e seus critérios. Para isso, realizaremos uma introdução aos problemas Gettier, a generalização e defesa da inescapabilidade destes problemas pela epistemóloga Linda Zagzebski, observando por meio de seu artigo a sorte sendo considerada um fator relevante na obtenção de conhecimento. Desta maneira, será destacado as caracterizações consideradas mais relevantes na definição do termo, dando destaque a abordagem modal proposta por Duncan Pritchard em seu livro *Epistemic Luck* e sua maior elaboração em artigos anteriores, a identificação dos tipos de sorte importantes aos aspectos relevantes do conhecimento, bem como a aplicação destas análises em sua epistemologia anti-sorte. Em seguida, será exposto críticas a abordagem anti-sorte por Ian Church – envolvendo a persistência da gettierização de casos – e Brent Madison, argumentando uma possível confusão entre inconsistência justificacional e descritiva dos casos com sorte epistêmica. Logo após serão apresentadas críticas ao escopo da abordagem modal por parte de Jennifer Lackey, com considerações de Pritchard e observações finais acerca do projeto anti-sorte.

**Palavras-Chave:** Epistemologia anti-sorte. Problemas de Gettier. Sorte. Sorte Epistêmica.

### DUNCAN PRITCHARD'S MODAL ACCOUNT OF LUCK AND ANTI-LUCK EPISTEMOLOGY

**Abstract:** *In this article, we will approach the concept of luck in the so-called anti-luck epistemology developed by the epistemologist Duncan Pritchard, as well as the criticisms involved in this concept and its criteria. For this, we will introduce the Gettier problems, the generalization and defense of inescapability of these problems by the epistemologist Linda Zagzebski, observing through his article the luck-concept being considered a relevant factor in the possession of knowledge. In this way, it will be highlighted the characterizations considered more relevant in the definition of the term, highlighting the modal account proposed by Duncan Pritchard in his book, *Epistemic Luck*, and your further elaboration in previous articles, the identification of the types of luck important in the relevant aspects to the knowledge, as well as the application of these analyzes in their anti-luck epistemology. Subsequently, criticism will be shown for the anti-luck condition by Ian Church – involving the persistence of gettierization the cases – and Brent Madison, arguing a possible confusion between justifiable and descriptive inconsistency with epistemic luck cases. Soon after, criticisms will be presented of the scope of the modal account by Jennifer Lackey, with Pritchard considerations and final remarks about the anti-luck project.*

**Keywords:** *Anti-luck epistemology. Epistemic luck. Gettier problems. Luck.*

## 1. Introdução aos problemas Gettier

Desde o diálogo platônico de *Teeteto*, discute-se filosoficamente acerca das condições para um sujeito ter conhecimento do que diz ter aceitando-se o critério tradicional tripartite como paradigma. Tal critério, que caracteriza a definição de conhecimento composta de opinião (*doxa*) verdadeira acompanhada de uma explicação por razões permaneceu praticamente irretocável, até o artigo de Edmund Gettier em 1963. Nele, o filósofo norte-americano – por meio da elaboração de simples casos em que temos os componentes considerados necessários e suficientes para afirmarmos que conhecemos algo – demonstra que em certas situações, mesmo com as condições aceitas, não podemos dizer que temos conhecimento.

Gettier (1963) inicia seu artigo mostrando as definições de conhecimento mais difundidas de sua época, destacando que tais definições giravam em torno dos componentes básicos da crença, verdadeira e justificada. Assim, sendo S o sujeito e P uma proposição:

S sabe que P se, e somente se:

- 1) S crê que P;
- 2) P é verdadeira, e;
- 3) S está justificado a crer que P.

Há variações entre os termos justificação, evidência adequada, razão, entre outros. Porém, o que há em comum nesta diferenciação de termos são os compromissos que cada um dos filósofos têm em realizar de maneira efetiva à conexão entre um estado mental ou atitude proposicional (ter opinião, crer, estar convicto, aceitar) e a verdade da proposição enunciada por P para que S tenha conhecimento de P. Gettier considera dois casos no artigo em que mesmo havendo uma crença que tome o conteúdo proposicional 'P' como verdadeiro, estando S bem justificado, a forma que o problema é colocado nos faz intuir que S não possui conhecimento. Por exemplo, no primeiro caso onde o conteúdo proposicional de Smith pode ser enunciado pelas sentenças:

- (P1) Jones tem dez moedas em seu bolso, e;  
 (P2) Jones conseguirá o emprego.

Acarretando na seguinte conclusão:

- (C) O homem que tem dez moedas no bolso conseguirá o emprego.

Temos que Smith fixa a crença em (C), tendo razões para isso, e mesmo Jones não sendo contratado, a proposição (C) é verdadeira. Da mesma forma, no segundo caso do artigo de Gettier, no momento que Smith crê que Jones possui um Ford, esta crença é

associada a um conjunto de outras proposições sobre a localização geográfica de Brown, e por acaso uma das proposições é verdadeira. Reforçando-se a justificação da crença de Smith, cai-se na definição epistêmica de crença verdadeira justificada, porém aparentemente estas condições não são suficientes para afirmar que Smith possui conhecimento. Estes casos similares envolvendo algum fator problemático que solapa a definição tradicional de conhecimento proposicional são paradigmaticamente denominados de problemas ou exemplos do tipo Gettier (*Gettier-type examples*)<sup>1</sup>, onde atualmente há na literatura uma gama de casos listados<sup>2</sup>, sendo inclusive apontados diferentes categorias dentre eles<sup>3</sup>.

## 2. Generalização e inescapabilidade dos problemas Gettier

Após a exposição do problema por Gettier, houve certa mobilização dentro do meio filosófico em tentar eliminar o que foi chamado de *gettierização* (gerar casos ordinários que se enquadrem na definição tradicional de conhecimento proposicional, contudo de modo que, intuitivamente, somos levados a pensar que 'S não sabe que P'), que se deu por três vias<sup>4</sup>:

- a) Inclusão de outras condições para se possuir conhecimento de algo em conjunto com as tradicionais;
- a) Alterar ou reforçar as condições de justificação para torná-la (incluindo cláusulas de sensibilização e segurança) o suficiente para que se evite a *gettierização*, ou;
- b) Uma combinação de (a) e (b).

<sup>1</sup> Há inicialmente duas interpretações dos problemas de Gettier dentro da literatura a serem consideradas: a covariacionista e a identificacionista. A primeira defende que o cerne dos casos Gettier encontram-se em um componente de sorte que torna o conteúdo proposicional de P verdadeiro, enquanto na abordagem identificacional, a justificação de S para manter a crença em P verdadeira está mal identificada pelo seu portador de verdade (*truth-maker*). Portanto, o problema da falta de conexão entre verdade e justificação não seria devido à sorte, mas no erro de rastreabilidade veritativa com base na crença de S. Nesta última posição, epistemólogos defendem que não haja nenhum tipo de falsidade nos elementos do raciocínio envolvido (BERNECKER, 2011). Contudo, há exemplos de casos onde não há falsidades explícitas no conteúdo proposicional das crenças do sujeito e ainda assim, caracteriza-se o problema do conhecimento, demonstrando que a inexistência de falsidades no raciocínio não evita a *gettierização* de caso, gerando a denominada proposta sem falsa evidência. No artigo, seguiremos em geral a interpretação covariacionista, da qual Prichard integra.

<sup>2</sup> Shope (1983) catalogou noventa e três problemas de Gettier existentes em sua obra *The Analysis of Knowing*, mostrando como a possibilidade de contraexemplos do tipo Gettier podem ser construídos em cima de cada abordagem epistemológica que visa manter as três condições de alguma maneira, derrotando-as.

<sup>3</sup> Em (BLOWN; BUCKWALTER; TURRI, 2018), é proposto uma taxonomia com cinco categorias dos casos de tipo Gettier, estruturados em três dimensões centradas na verdade da crença do agente, que são: detecção (*detection*), ameaça (*threat*) e restituição (*replacement*). O artigo trata as interpretações covariacionista e identificacionista dos casos Gettier como complementares na análise taxonômica.

<sup>4</sup> Ver (FLORIDI, 2004, p.62). Floridi ainda considera que qualquer definição fugindo das observadas em seu artigo desconsideram e/ou substituem as condições tradicionais necessárias ao conhecimento.

Porém, mesmo com o desenvolvimento de outras abordagens e definições de conhecimento, os contraexemplos Gettier aparentemente sempre se mostram possíveis de serem aplicados em qualquer teoria que se queira implementar para solucioná-lo. Independentemente da teoria epistêmica, a gettierização de qualquer caso solapa a suficiência da definição de conhecimento considerada.

Observando-se que os contraexemplos Gettier sempre impregnam qualquer conjunto de critérios, porém não havia *a prima facie* nenhuma abordagem geral para se enxergar como casos poderiam ser gettierizados, acreditava-se ainda haver uma possibilidade de contorná-los. De início pensou-se que os problemas de Gettier estavam associados a inclusão de uma falsa evidência ao caso, provocando oi, porém foi exemplificado que não são todos os casos de Gettier que se tem em sua constituição evidências falsas que geram crenças verdadeiras, o que coloca de lado tal abordagem à solução do problema somente eliminando tais evidências<sup>5</sup>. Portanto, a denominada como proposta sem evidência falsa (*no false evidence proposal*), assim como pelo mesmo motivo as abordagens que envolvem eliminar causalidades inapropriadas ou derrotadores não serão abordados neste artigo.<sup>6</sup> Contudo, ficou mais estabelecido que a gettierização se infiltra nos casos devido a uma *falta de coordenação entre as condições de verdade e justificação* – geralmente por situações acidentais – se fazendo tal situação nociva ao conhecimento.

Linda Zagzebski, em seu artigo *The Inescapability of Gettier Problems* (ZAGZEBSKI, 1994), desenvolveu um método de generalização dos problemas Gettier atendo-se ao destacado no parágrafo acima. A filósofa alega que teorias internalistas e externalistas do conhecimento não dão conta dos problemas Gettier, porque o problema não estariam nem na forma de posse do conhecimento nem na cognição do sujeito epistêmico, pois mesmo que suas faculdades cognitivas estejam completamente funcionais e os modos de justificação mitiguem ou reforcem qualquer circunstância que, respectivamente, nos afaste ou aponte à verdade, sempre pode haver uma certa contingência entre algo que o sujeito da crença não tem consciência – devido ao que Linda chama de elemento de acaso ou sorte – integrando o evento, fazendo com que a ligação entre justificação e verdade do conteúdo proposicional doxástico<sup>7</sup> fique comprometida, sendo reestabelecida por outro elemento de sorte, fazendo com que tenhamos todas as condições tradicionais para o conhecimento sejam cumpridas, porém sem o termos. Desta maneira, Zagzebski conjectura sua generalização:

(i) Iniciemos com um caso onde temos um sujeito S que tenha uma crença justificada, porém suponha que o conteúdo proposicional P em que crê S seja falso por acaso;

(ii) Reforce a justificação de tal forma que não caiba dúvidas por parte de S com relação a suposta verdade de P;

<sup>5</sup> Ver (FELDMAN, 1974) e (BERNECKER, 2011, pp.141-143).

<sup>6</sup> Para informações gerais sobre esta proposta e outras de ataque ao problema de Gettier, ver o artigo *The Analysis of Knowledge* (ISHIKAWA; STEUP, 2017).

<sup>7</sup> No artigo, Zagzebski fala sobre crenças falsas (*false belief*). Porém, percebe-se de acordo com o contexto do uso que ela está referindo-se não ao estado mental característico de crer – que não é passível de verdade ou falsidade – mas o conteúdo da proposição em que se crê. Portanto, o artigo se guia por tal interpretação.

(iii) Acrescentemos outro elemento casual que não afete a estrutura da justificação, fazendo com que P seja verdadeiro. Ao final, temos um contraexemplo de Gettier.

De acordo com Zagzebski, devido à possibilidade de existir fatores aleatórios que por sorte ou acaso podem nos afastar da verdade e depois nos aproximar dela mantendo um certo grau de cisão entre o valor de verdade de P e o modo de justificação considerado, sempre haverá como conjecturar contraexemplos Gettier, tornando-se insustentável manter a definição tradicional de conhecimento e suas variáveis em tais moldes. Logo, o fator considerado relevante que substancializa a persistência e generalização dos problemas Gettier é o duplo elemento de sorte em fatores possíveis e realizáveis. Os casos normalmente simples e até cotidianos que sofrem gettierização não necessitam na constituição de seus elementos casuais grandes absurdos concebidos como entidades inexistentes ou processos impossíveis de acontecer, mas sim apenas o que se caracterizariam como coincidências que, dentro da abordagem tratada sobre os problemas Gettier no artigo, possuem valor epistêmico.

Todavia, após levar os contraexemplos a sério e com base na análise acima, alguns epistemólogos resolveram esclarecer o que exatamente estamos tomando pelos termos acaso, casual, sorte ou coincidência e definir conceitualmente o que foi chamado de sorte epistêmica, destacar os componentes existentes ditos necessários e seus papéis no impedimento à obtenção de conhecimento. Diante de outras aproximações conceituais apresentadas, a elaboração levada a cabo será a do filósofo Duncan Pritchard. De acordo com sua interpretação, o filósofo inglês alega que:

O famoso artigo de Gettier não apenas demonstrou que conhecimento (não-factivamente) não era crença verdadeira justificada. Ele também demonstrou que poderia se ter uma crença verdadeira justificada que, no entanto, estava sujeito ao solapamento (*undermining*) do conhecimento pela sorte epistêmica. Isso levanta um desafio em relação a qual condição ou quais condições devem ser impostas ao conhecimento para excluir tal sorte. (PRITCHARD, 2015a, p. 94, tradução nossa)

Pritchard defende o que é denominado de abordagem modal da sorte (*modal account of luck*), que será explicitado mais adiante, depois das noções anteriores a esta, citadas pelo próprio autor.

### 3. Definições de sorte

Dentro da tradição filosófica, a sorte (*luck*) foi entendida de diferentes formas dependendo dos seus compromissos e condições<sup>8</sup> assumidas dentro do contexto a ser aplicado, seja ele ético, probabilístico, epistêmico, voltado à teoria da ação, entre outros. Aqui, vamos nos ater aos aspectos considerados epistemicamente mais relevantes na caracterização da sorte, destacados por Duncan Pritchard em seu livro *Epistemic Luck*

<sup>8</sup> Em (BRONCANO-BERROCAL, 2015), é feito uma recapitulação da literatura, destacando três tipos de condições correntes dentro da sorte: as condições de acaso (*chance conditions*), de falta de controle (*lack of control conditions*) e significantes (*significance conditions*), cada tipo com suas determinadas subdivisões, sendo que a definição de sorte de cada autor pode ser pensada levando-se em conta mais de uma das condições ou subdivisões apresentadas.

(PRITCHARD, 2005), contornando discussões sobre certos aspectos, como temporais (diacronia e sincronia) ou valorativas (se é benéfica ou maléfica) da sorte.

Duncan Pritchard destaca na parte dois de seu livro três importantes tipos de condições consideradas pela tradição filosófica como definidoras da sorte:

a) Acidentalidade – É o componente considerado mais ingênuo, devido a um evento de sorte ser algo que acontece por mero acidente, ou se utilizando de sinônimos, trata-se de um evento contingente e não esperado. Porém, há certas circunstâncias em que casos paradigmáticos de sorte parecem não envolver um acidente, como a situação de ganhar na loteria, onde sem a decisão de alguém em comprar o bilhete e o sorteio, não haveria o ganho, ou seja, há um conjunto de fatores dependentes que se realiza ou é esperado pelo agente<sup>9</sup>, e mesmo o conjunto acarretando em um evento de baixa probabilidade com relação aos envolvidos, este evento já é esperado (o ganho da loteria por parte de alguém), o evento apenas se realiza com alguém que previamente fez a aposta. Então, há o fator probabilístico a ser considerado que parece mais pertinente para delinear a natureza da sorte – este que não é destacado no aspecto accidental.

b) Acaso (*chance*) – Esta abordagem é atribuída a Nicholas Rescher, onde um evento de sorte é caracterizado pelo acaso, tendo como consequência sua *imprevisibilidade*, sendo tais termos até utilizados intercambiavelmente. Dentro do aspecto da aleatoriedade, Pritchard destaca que não poderíamos considerar um a sinonímia do outro, pois um evento ao acaso não tem a necessidade de ser relacionado a algum indivíduo ou grupo afetado por ele, enquanto a sorte é predicada necessariamente a agentes (PRITCHARD, 2005, p.134). Porém, em (RESCHER, 2001), o epistemólogo aparentemente deixa este ponto bem claro no primeiro ponto abaixo:

A sorte implica (...) três coisas: (1) um indivíduo afetado de modo bom ou ruim, (2) um desenvolvimento benigno (positivo) ou maligno (negativo) do ponto de vista dos interesses do indivíduo afetado, e, além disso, (3) é fortuito (inesperado, ao acaso, imprevisível). (RESCHER, 2001, p. 33, tradução nossa)

Vemos aqui destacados três componentes, onde os dois primeiros têm relevância moral para o agente envolvido, enquanto o último é relevante epistemicamente. Esta passagem pode nos fazer pensar se houve uma crítica infundada de Pritchard, devido às condições de Rescher destacarem a necessidade de algum indivíduo afetado. Porém, devemos entender que a sorte é pensada por Pritchard em seus aspectos epistemológicos *simpliciter*, sendo que a relação entre a sorte e o agente envolvido deve ter concebida com vistas à sua obtenção ou não de conhecimento (epistêmica), não

<sup>9</sup> Aqui, Pritchard opta por utilizar ao se referir ao que possui a crença ou conhecimento pelo termo 'agente', e não 'sujeito'. Aparentemente, os termos neste caso são intercambiáveis, mesmo o segundo termo implicando compromissos com uma personalidade envolvida, enquanto o primeiro está mais relacionado a agência e dissociado de uma condição intrinsecamente humana.

prioritariamente como uma relação boa ou má (moral)<sup>10</sup>. Desta maneira, as duas primeiras condições de Rescher são desconsideradas da análise, sobrando o acaso como *definiens*, sendo apenas este componente insuficiente. Ademais, Pritchard critica a própria noção do acaso de um evento ser controverso, se formos tomar situações onde há baixa probabilidade do ponto de vista do agente, porém predeterminados a ocorrer dadas as condições iniciais e leis físicas relevantes – como no caso do próprio jogo de loteria (PRITCHARD, 2005, p. 126).

c) Falta de Controle (*lack of control*) – Relacionada à definição utilizada por Thomas Nagel – voltada à noção de sorte moral – é noção na qual os fatores significantes (ou seja, mais relevantes) do evento em questão se encontram além do controle do agente. Contudo, dentro da epistemologia tal termo tem certos problemas, como por exemplo: o de saber que o Sol nasce todo dia pela manhã está fora de nosso controle. Tardia, soa estranho admitir que isto seria um evento de sorte. Pritchard admite que este tipo de abordagem é muito problemática principalmente devido à atitude proposicional da crença ser um dos admitidos componentes para o conhecimento, e boa parte das nossas crenças fundamentais têm sua base (*grounding*) na percepção, que encontra-se fora de nosso controle. Sendo assim, como admitir que nossas crenças perceptuais são fruto da sorte? (PRITCHARD, 2005, pg. 127). Situações como essa geram uma demanda pela precisão dos termos constituintes da própria definição de sorte, onde as noções de controle podem envolver tanto a capacidade de gerar estes eventos (positiva) quanto a de prevenir-se deles (negativa). A relevância dos fatores gera problemas no estabelecimento da definição que tende a uma certa vagueza, buscando sua base em argumentos internalistas e externalistas, e assim definições mais precisas que capturem todos os casos<sup>11</sup>.

Pritchard considera as três abordagens destacadas insuficientes para elucidar todos os casos que envolvam sorte – devido aos próprios contraexemplos apresentados – e sejam significantes na posse de conhecimento. Assim, ele explicita a sua abordagem modal e os tipos de sortes epistêmicas, tanto as que não impeçam nem solapem a aquisição de conhecimento quanto as que façam.

#### 4. Abordagem modal e sorte epistêmica

Pritchard resolve propor uma abordagem de sorte mais ampla que pudesse resolver os problemas de todos os casos envolvendo condições relevantes que o agente faz parte, se utilizando de uma intuição filosófica para observar que, levando em conta haver a possibilidade de casos com os mesmos fatores aos eventos considerados de sorte, porém eles não se realizariam atualmente. Por exemplo, em um evento de sorte como ‘ganhar na loteria’, poderia haver outras circunstâncias com as mesmas condições relevantes que compõem o evento (o sujeito apostar na mesma lotérica, cair vários números próximos ou iguais aos que ele apostou etc.) e mesmo sendo um evento possível semelhante, intuitivamente pensamos que a possibilidade do sujeito não ganhar ainda seria ampla.

<sup>10</sup> Desconsideraremos aqui as discussões acerca do valor do conhecimento que poderiam ser apresentadas, pois seu contexto é distinto da análise destacada neste artigo, fugindo de seus objetivos.

<sup>11</sup> Abordagens da sorte que contêm variações de definição com suas respectivas críticas ao conceito de sorte como falta de controle encontram-se no artigo *Thinking about Luck*, de E.F. Coffman (COFFMAN, 2007).

Ao comentar sobre seu *insight* no uso da modalidade na definição de sorte, Pritchard (2014) destacou dois casos de loteria: no primeiro, o agente tem consciência de que a probabilidade a seu favor é astronomicamente pequena e desenvolve a crença que perdeu. Porém, no segundo caso, em uma circunstância que o agente não leva em conta aspectos probabilísticos e olha o resultado em um jornal confiável, vê que esta informação não bate com os números de seu bilhete, o fazendo possuir também a crença que perdeu. A diferença entre as duas é que tendemos a atribuir a primeira situação o fator de sorte enquanto que para a segunda não. A sorte, no primeiro caso, é associada ao aspecto probabilístico distante de sucesso envolvido, porém há a consequência de não considerarmos exatamente como conhecimento a crença deste agente, mesmo sendo justificadamente improvável ele ganhar na loteria. No entanto, devido à confiabilidade do jornal, mesmo que haja a possibilidade do jornal ter publicado os números da loteria errados, a intuição que o agente tem conhecimento no segundo caso é bem mais próxima e aceita.

A partir do quadro acima, Pritchard introduz a noção de que certas circunstâncias, mesmo sendo probabilisticamente improváveis, têm condições envolvidas em sua possibilidade mais próximas e delimitadas, assim como existem eventos que são mais prováveis, porém se constituem de muitas condições que os deixam abertos a muitas possibilidades, ou seja “(...) a proximidade (*closeness*) probabilística é separada da proximidade modal” (PRITCHARD, 2014, p. 597). Assim, observa-se que na elaboração da possibilidade de um evento ocorrer leva-se em conta as condições que o constituem e podem alterá-lo de acordo com suas variações, caracterizando estes mundos possíveis concebidos como próximos ou distantes. E, como vimos no segundo caso, o aspecto modal e não o probabilístico seria mais importante epistemicamente<sup>12</sup> para conjecturarmos uma definição do que seria sorte. Com esta idéia e as ferramentas conceituais envolvendo mundos possíveis, Pritchard define a chamada abordagem modal da sorte por meio de duas condições. Se um evento é de sorte, então este é um evento que:

(L1) Ocorre no mundo atual, porém que não ocorre em uma ampla classe de *mundos possíveis próximos* onde as condições relevantes iniciais para este evento são tais como no mundo atual;

(L2) É significativo para o agente interessado (ou seria, se o agente levasse vantagem dos fatos relevantes).

A primeira condição modal consegue lidar com exemplos gerais que levam em conta as mesmas condições constituintes de um evento atual, como também deixa margem para observarmos há graus de sorte (*degrees of luck*), dependendo da amplitude

---

<sup>12</sup> Pritchard comenta que “(...) nós podemos pensar isso em termos da noção de risco. Dado como o agente forma sua crença primeiramente, ele parece estar sujeito a um grau indevido de risco epistêmico” (PRITCHARD, 2014, p. 598, tradução nossa). No artigo Pritchard trabalha pouco tal noção, fazendo um paralelo com a sorte afirmando que também há graus de risco a serem considerados, onde medimos o risco pela proximidade em mundos possíveis que este evento concebido tem de ocorrer do mundo atual levando em consideração as condições relevantes iniciais tais quais ao do mundo atual. Ele procura desenvolver a ideia mostrando que ela pode ser uma substituta da noção de sorte na epistemologia em (PRITCHARD, 2015b). Informações sobre a sorte como risco em (BRONCANO-BERROCAL, 2015).



ou proximidade, vizinhança (*neighborhood*) dos mundos possíveis<sup>13</sup> levando em conta as condições relevantes iniciais do evento atual. Assim, busca-se por meio da relevância de tais condições, dar a proximidade necessária para que a definição de mundos possíveis próximos funcione adequadamente, nos fazendo realizar intuitivamente comparações entre um caso e outro para identificarmos quais são mais providos de sorte e quais menos. Além disso, a condição consegue englobar os casos paradigmáticos de cada abordagem anterior, bem como a resposta a suas objeções mais distantes de uma atribuição de sorte<sup>14</sup>. Porém, como Pritchard relata:

(L1) somente não captura os elementos centrais do que está envolvido na noção de sorte, porque, como dito anteriormente, nós precisamos também dizer algo acerca da significância que o agente em questão atribui ao evento, já que apenas eventos significativos são considerados de sorte ou sem sorte. (PRITCHARD, 2005, p. 132, tradução nossa)

Com isso, a segunda condição é relativa ao juízo de valor que o agente atribui ao evento destacado, cobrindo assim a demanda subjetiva ou moral que a definição de sorte intuitivamente pede.<sup>15</sup>

Seguindo na linha de raciocínio estabelecida em suas obras, após introduzir sua abordagem modal da sorte, Pritchard preocupa-se em explicitar os tipos existentes de sorte epistêmica, quais seriam pertinentes e capazes de solapar o conhecimento. Iniciando pelas variedades inofensivas de sorte (que não afetam a obtenção de conhecimento por parte do agente), nós temos a *sorte epistêmica de conteúdo (proposicional)*, onde a conteúdo de uma proposição é verdadeiro devido à sorte. Quando alguém que passava na rua presencia um acidente de trânsito, por exemplo. Ele relata detalhes verídicos sobre o acidente que ele observou por tal sorte. Em segundo, temos a *sorte epistêmica capacitista*: Por sorte, o agente é capaz de ter conhecimento de algo. A pessoa que sobrevive ao acidente de trânsito e descreve detalhes verídicos do ocorrido, e ela só consegue realizar isso pois por sorte ela não teve seu sistema cognitivo comprometido no acidente. Logo após, há o desenvolvimento da *sorte epistêmica evidencial*, em que o agente adquire a evidência a favor de sua crença por sorte. Este tipo de sorte podemos até afirmar que auxilia a promoção de uma crença a conhecimento. Consideremos o próprio exemplo usado por Pritchard<sup>16</sup> da identificação do ladrão de banco por parte de um espectador (PRITCHARD, 2005, p. 187) que, devido a certas informações dos roubos e de Jesse James – o padrão dos assaltos a bancos realizados,

<sup>13</sup> A noção de mundos possíveis próximos utilizada por Pritchard tem base na teoria dos condicionais contrafactuais desenvolvida por David Lewis em (1973) e (1986).

<sup>14</sup> Como exemplo temos o nascer do Sol, que de acordo com a definição por falta de controle, seria um evento de sorte (considerando a classe de mundos possíveis próximos onde as condições relevantes envolvem uma gama de leis naturais que basicamente determinam a realidade como a concebemos, podemos afirmar que dificilmente teríamos resultados distintos do mundo atual em suas vizinhanças, não se caracterizando, assim, como um evento de sorte.

<sup>15</sup> Em (PRITCHARD, 2014b, pt.2), ele diz que ter incluído a condição significativa (L2) foi inconsequente (*wrongheaded*) no ponto em que, além de ser difícil definir objetivamente o que seria boa ou má sorte, acrescentar uma condição de cunho subjetivo destoa do seu compromisso de uma abordagem metafísica da natureza da sorte, que não deveria derivar (ao menos diretamente) de valores subjetivos. Devido a tais fatores, Pritchard decidiu abandoná-la.

<sup>16</sup> Pritchard retira este exemplo da obra *Philosophical Explanations*, de Robert Nozick.

altura e atitudes do assaltante etc. – divulgadas anteriormente e semelhantes ao atual roubo, fazem com que o espectador tenha a crença de que Jesse James é o sujeito que está assaltando o banco. E, devido ao espectador está em uma determinada posição de visão privilegiada, este consegue ver a máscara escorregando do rosto do ladrão e revelando que realmente é Jesse James. Tal evidência de sua crença se dá por sorte, todavia não descaracteriza o conhecimento do espectador.

Entretanto, consideremos agora o exemplo anterior, só que sem as informações prévias por parte do espectador, não havendo atitude proposicional alguma por parte dele voltada a identificação do ladrão até a máscara escorregar e ele visualizar de relance o rosto de Jesse James, conseqüentemente tendo sua crença. Levando em consideração que, nos mundos possíveis próximos onde temos as condições relevantes iniciais sendo as mesmas do mundo atual onde ocorreu tal evento, muitas outras circunstâncias poderiam ser minimamente diferentes e fariam com que o espectador não acreditasse que o ladrão era Jesse James. Temos por conclusão que o agente possui *esta crença* por uma questão de sorte, sendo esta denominada *sorte epistêmica doxástica*. Ademais, vemos especificadamente neste caso, uma relação de dependência entre a sorte epistêmica doxástica e a sorte epistêmica evidencial, pois sem a evidência eu não teria a crença, sendo ambas questão de sorte. Contudo, Pritchard observa que ter evidências não é condição necessária para se possuir conhecimento de algo, mas proporcionar uma justificativa que aponte, direcione à verdade sim, realizando a ligação entre o agente e o conteúdo proposicional doxástico em questão. Dentro do aspecto de proporcionar razões ou explicações que justifiquem a crença em algo, a evidência é contingente, podendo estar inclusa ou não na justificação. Tratam-se de tipos distintos e independentes de sorte epistêmica, pois é logicamente possível termos situações onde há a primeira e não há a última, e vice-versa, formando uma crença ou obtendo evidências – provenientes da sorte ou não – distintamente um do outro, e em ambos os casos, a sorte envolvida não oferece prejuízo à posse de conhecimento<sup>17</sup>.

Desta maneira, temos acima quatro casos de sorte epistêmica (com componentes relevantes na definição de conhecimento) que não solapam a caracterização do conhecimento que envolvem estes tipos de sorte<sup>18</sup>. No entanto, Pritchard traz à tona que, se observarmos a conjectura dos contraexemplos Gettier por vias da interpretação de Zagzebski (1994) – citado na segunda seção deste artigo – vemos que neles há um tipo distinto de sorte epistêmica das apresentadas; uma cujo agente forma uma crença e ela é

<sup>17</sup> Ver (PRITCHARD, 2005, pp. 138-140).

<sup>18</sup> Ainda há um caso de sorte epistêmica que não afeta a posse de conhecimento que Pritchard denomina sorte epistêmica reflexiva. Ela se dá quando já estabelecida a epistemologia anti-sorte, consideramos as condições relevantes iniciais subjetivamente para delinear os mundos possíveis próximos, e não objetivamente. Porém temos efetividade, por sorte, das condições subjetivas e objetivas serem as mesmas. Há a discussão se ambas as condições não teriam distinção devido a uma inviabilidade de acesso às condições objetivamente. Pritchard não assume este desafio cético como problema devido a sua posição Neo-Mooreana. Assim, levando em conta que a sorte epistêmica reflexiva, mesmo não solapando o conhecimento, tem valor epistêmico, ele propõe o desenvolvimento de uma epistemologia das virtudes anti-sorte (*anti-luck virtue epistemology*), projeto que tem como intuito destacar as virtudes intelectuais necessárias e proporcionar bases para uma determinação subjetiva adequada dos mundos possíveis próximos, e que estes tendam a ser tal como a determinação objetiva. Mais informações sobre epistemologia das virtudes anti-sorte ver em (PRITCHARD, 2005, cap. 7) e (PRITCHARD, 2012), este último com tradução de Gregory Gaboardi disponível em: [https://www.pdcnet.org/collection/show?id=jphil\\_2012\\_0109\\_0003\\_0247\\_0279&file\\_type=pdf](https://www.pdcnet.org/collection/show?id=jphil_2012_0109_0003_0247_0279&file_type=pdf) pela Revista *Intuitio*.

verdadeira por sorte (mesmo fortemente justificada) chamando-a de *sorte epistêmica veritativa*, i.e., em termos modais, *o agente tem uma crença verdadeira no mundo atual que, em uma ampla classe de mundos possíveis próximos de condições iniciais relevantes tais como no mundo atual, ele tem formada tal crença, porém ela é falsa* (PRITCHARD, 2005, p 146). Diferente dos casos de sorte doxástica, o que caracteriza a sorte epistêmica veritativa é o componente de sorte na veracidade da crença, e não na formação da crença. Assim, vemos que os próprios casos Gettier nos deixam em condições de afirmar que o conhecimento é incompatível com este tipo de sorte.

Após identificar a sorte epistêmica veritativa como o tipo de sorte capaz de solapar o conhecimento, em conjunto com a intuição de que por estes motivos a própria noção de conhecimento deveria ter meios para excluí-la<sup>19</sup>. Pritchard, desta maneira, se atém em como devemos formar uma crença verdadeira, desenvolvendo um princípio de segurança (*safety principle*) dentro da sua abordagem modal que busca afastar a suscetibilidade de ocorrências de sorte epistêmica veritativa em crenças verdadeiras nos mundos possíveis próximos onde, levando em conta as condições iniciais relevantes para formação da crença como as mesmas do atual, nos mundos possíveis vizinhos esta crença seja falsa, determinando assim uma definição própria para o conhecimento em sua epistemologia anti-sorte (*anti-luck epistemology*).

## 5. Princípio de segurança e epistemologia anti-sorte

Temos definidos dois conceitos importantes para entendermos como a sorte deve ser vista na obra de Pritchard, a abordagem modal da sorte referente a eventos (LE) e crenças verdadeiras (LTB) em (PRITCHARD, 2007, pp. 279-280):

(LE) Um evento é de sorte (*lucky event*) se, e somente se, ele ocorre no mundo atual, porém, não ocorre em uma ampla classe de mundos possíveis próximos, nos quais as condições iniciais relevantes para este evento são as mesmas do mundo atual.<sup>20</sup>

(LTB) A crença verdadeira de S é formada por sorte (*lucky true belief*) se, e somente se, existe uma ampla classe de mundos possíveis nos quais S continua a acreditar na proposição visada, e as condições iniciais relevantes para a formação desta crença são as mesmas do mundo atual, sendo que a crença é falsa. (Tradução nossa)

<sup>19</sup> Pritchard diz que os problemas Gettier interpretados como casos envolvendo sorte epistêmica veritativa, "(...) levantam o desafio a respeito de que condição (ões) devem ser impostas ao conhecimento a fim de excluir tal sorte. Chamamos esta formulação do problema Gettier de o problema da anti-sorte (*the anti-luck problem*)."

<sup>20</sup> Pritchard não destaca a condição significativa (L2), pois estava centrado em destacar no artigo (2007) os aspectos metafísicos da sorte. Após (2005), sua obra sobre epistemologia anti-sorte se atém em geral na elaboração da condição modal, na caracterização de risco epistêmico e na capacidade cognitiva do agente de estabelecer mundos possíveis relevantes onde a formação de crença não envolve sorte, julgando assim se uma crença é segura ou não.

Ao considerarmos a sorte epistêmica veritativa acima como nociva, deve-se buscar formas de mitigar as possibilidades de algum componente de sorte solapar o conhecimento. E por ser de acordo com o que Pritchard observa a crença verdadeira sujeita à sorte como o problema, a questão torna-se definir um princípio que torne nossa crença segura o suficiente para tê-la como conhecimento, conjecturando a definição do que seria uma crença verdadeira que não seja formada por sorte, desenvolvendo a contraparte anti-sorte da (LTB), em (PRITCHARD, 2007, p. 281):

(AL) A crença verdadeira de S não é por sorte (*not lucky*) se, e somente se, não existe uma ampla classe de mundos possíveis próximos nos quais S continua a acreditar na proposição visada, e as condições iniciais relevantes para a formação desta crença são as mesmas do mundo atual, sendo que a crença é falsa. (Tradução nossa)

Assim, nota-se que o modo da formação de crenças verdadeiras, importante para evitar a incidência de (LTB), depende das condições iniciais relevantes dos mundos possíveis próximos, fazendo com que o princípio de segurança deva considerar inseguras por definição crenças verdadeiras de mundos possíveis próximos que são formadas do mesmo modo que no mundo atual, porém com a crença falsa. Sendo esta característica condição necessária para o conhecimento, o princípio de segurança inicialmente é definido em (PRITCHARD, 2007, p. 281):

(SP) A crença de S é segura se, e somente se, na maioria dos mundos possíveis próximos nos quais S continua a formar sua crença sobre a proposição visada da mesma forma que no mundo atual, a crença continua a ser verdadeira. (Tradução nossa)

Há duas coisas que devem ser destacadas aqui: (1) as condições relevantes iniciais anteriormente destacadas correspondem ao modo (*way*) no qual a crença é formada, e (2) os mundos possíveis próximos considerados em (SP) tendem a ser exatamente os mesmos de (AL), pois faz sentido pensar que a condição anti-sorte e o princípio de segurança devem se alinhar a tal ponto que os mundos possíveis em que não há (LTB) são crenças que não são formadas por sorte, conseqüentemente envolvendo os mesmos mundos possíveis que se enquadram em (AL).

Assim como, pensando em (1), vemos que faz muito sentido, pois nossa formação de crenças depende de todas os principais condições que sejam constituintes da formação da crença. Como exemplo podemos dar a crença de que um agente S não ganhou na loteria. Podemos identificar algumas condições iniciais relevantes como a existência de loterias que hajam ganhadores e perdedores, a baixa probabilidade de ganho envolvendo concorrer ao prêmio e até que S não ter ido concorrer (o que não descarta completamente que ele não ganhe, pois alguém pode ter ido apostar por ele ou ter errado o nome e colocado o dele na aposta, que são eventos improváveis, porém logicamente possíveis). Todas as condições anteriores remetem a S formar a crença que não ganhou na loteria.

Contudo, devido ao grande escopo de certas condições envolvidas na formação de crenças, fazendo com que se pense o problema da anti-sorte dialeticamente de maneira

infrutífera<sup>21</sup> e com o intuito de fazer o princípio de segurança voltar-se às condições que devem ser bem mais relevantes e, portanto, intuitivamente identificáveis como constituintes de mundos possíveis bem mais próximos do mundo atual que outros, o princípio de segurança foi refinado para que desse conta da maioria dos mundos possíveis próximos e de todos os mundos possíveis muito próximos que incidem no (LTB). Então, em (PRITCHARD, 2007, p. 292):

(SP\*) A crença de S é segura se, e somente se, a *maioria* dos mundos possíveis próximos nos quais S continua a formar sua crença sobre a proposição visada do mesmo modo que no mundo atual e, em *todos* os mundos possíveis muito próximos nos quais S continua a formar sua crença sobre a proposição visada do mesmo modo que no mundo atual, a crença continua verdadeira. (Tradução nossa)

A noção da epistemologia anti-sorte de Pritchard está ligada ao seu refinado princípio de segurança, que faz uma mediação entre a precisão e relevância dos mundos possíveis muito próximos com a maioria dos próximos, baseando-se na avaliação intuitiva de quais são as condições mais relevantes na formação da crença do agente. Portanto, quando alguma crença estiver segura por esse princípio e não houver sorte epistêmica veritativa envolvida, esta crença tende a ser conhecimento.

Porém, há situações de conflito: peguemos como exemplo a crença de que X não ganhou na loteria. Devemos nos ater às variáveis relevantes que delineiam a formação da crença. Um exemplo comparativo entre três condições que podem ser vistas como relevantes para a formação da crença: (1) as regras da loteria, (2) a quantidade de números apostados com relação a de sorteados e (3) o número de pessoas concorrendo com X. Aparentemente (2) e (3) dependem da primeira para terem a sua relevância na análise anti-sorte do caso, portanto, (1) pode ser considerada mais importante com relação às outras duas. Contudo, (2) e (3) podem variar caso a caso e nos fazer confundir, mostrando que a intuição como guia pode nos gerar problemas em nosso sucesso cognitivo e na intenção de uma avaliação objetiva envolvendo nosso modo ordinário e subjetivo de pensar acerca de possibilidades e contrafactuais, entrando nas críticas exercidas a epistemologia anti-sorte e sua abordagem modal.

## 6. Críticas ao projeto anti-sorte

Em *Getting lucky with Gettier* (CHURCH, 2010), Ian Church analisou as intuições de que Pritchard se utilizou para elaborar suas definições, se atendo a duas: que existem graus de sorte a serem levados em conta, que compõem a análise do agente acerca dos graus de relevância das condições iniciais dos mundos possíveis tais quais as do mundo atual, influenciando na proximidade ou não dos mundos possíveis próximos em que a crença é falsa; e que a sorte epistêmica veritativa incide não em crença verdadeira por sorte, mas no modo da formação de crenças verdadeira por sorte (CHURCH, 2010, p. 44). Mesmo o filósofo concordando com estas intuições e seu papel na sorte epistêmica,

<sup>21</sup> Essa “dialética” remete a questão de estar se assumindo que se (SP) é condição necessária para o conhecimento, porém não suficiente por ser fraca, precisa-se por isso de outras condições. Porém, considerando que a sorte epistêmica veritativa não é compatível com o conhecimento e (SP) sendo o princípio para lidarmos com o problema da sorte, entramos em um dilema que leva Pritchard a elaborar melhor o princípio.

a profundidade de suas consequências fazem com que as condições fornecidas por Pritchard não deem conta do que o princípio de segurança se propõe, pois ela pode incidir no próprio princípio de segurança.

De acordo com Church, podemos ter certas crenças que se enquadram no (SP\*), e mesmo que nenhum dos mundos possíveis bem próximos e a maioria dos mundos próximos estejam livres da sorte epistêmica veritativa, suas condições relevantes iniciais também incidem em graus de sorte. Isso faz com que condições que auxiliam a formar a crença, mesmo encontrando-se nas periferias dos mundos possíveis e mantendo a crença verdadeira, possam ser decisivas para que tais condições sofram gettierização. As condições para a formação de crença, mesmo sendo idênticas as do mundo atual e tidas como seguras – considerando até as que não foram concebidas pelo agente – podem ser afetadas pela sorte epistêmica veritativa, tornando o (SP\*) de Pritchard ineficaz, pois sejam os mundos mais distantes podem fazer o agente incidir em uma (LTB). Logo, para Church, a análise de Pritchard sucumbe como útil na eliminação dos contraexemplos de Gettier, pois a condição de segurança pode ser muito forte – limitando a análise do possível ao concebível com relação aos fatores relevantes – ou muito fraca – dando abertura à gettierização de (SP\*). Mesmo o artigo considerando a abordagem modal como prolífica, suas consequências não podem ser aceitas, mantendo o diagnóstico de Zagzebski (1994) de que sempre será possível criar um caso Gettier (CHURCH, 2010, p. 47).

Outro crítico ao projeto anti-sorte de Pritchard é Brent Madison em (MADISON, 2011), com uma posição inspirada pelos argumentos por Stephen Hetherington. Hetherington é um filósofo que vai contra a maré epistemológica e ainda aceita a definição tradicional de conhecimento, com base no que ele chama de Falácia dos Contrafactuais Epistêmicos e na aceitação do falibilismo. Resumidamente, o argumento da falácia dos contrafactuais epistêmicos seria não assumir que, se em situação contrafactual houver algo que te impeça de ter conhecimento, então atualmente haja falta de conhecimento. Ou seja, a validade de sentenças como possibilidade não implicam em sua validade atualmente. Levar a sério os contraexemplos Gettier seria um equívoco, por confundirem uma quase falta de conhecimento com falta de conhecimento de fato. Assim, em conjunto com o aspecto falibilista considerado de termos conhecimento mesmo quase não o tendo, Hetherington busca elucidar que dependendo do problema Gettier, ao acrescentarmos especificidades e detalhes importantes na análise para aumentar o escopo justificacional do caso em questão e levando em conta os dois aspectos anteriores, manteremos as condições de crença verdadeira justificada, denominando esta medida de Proposta do Conhecimento Fortuito (*Knowing Luckily Proposal*).

Contudo, mesmo Madison vendo tais críticas como parcialmente pertinentes, ele afirma que o argumento da falácia dos contrafactuais epistêmicos é em si uma falácia, pois Hetherington erra ao supor que possamos ter conhecimento mesmo o caso podendo estar impregnado pela sorte (MADISON, 2011, p. 52), desconsiderando em sua análise que há um tipo de sorte que pode afetar o modo da formação da crença e impeça o conhecimento por parte do agente envolvido: a sorte epistêmica veritativa. Desta maneira, Madison introduz que Pritchard, em sua epistemologia anti-sorte, desenvolve o princípio de segurança tendo em vista a sorte epistêmica veritativa como critério para estabelecer o modo de formação de crença mais seguro o que faça o agente possuir crenças que, ao considerarmos seus mundos possíveis próximos, o conteúdo proposicional da crença se mantenha verdadeiro (vide SP\* acima). Porém, o problema para Madison torna-se mais específico: “(...) quão simples foi para a crença ser falsa, dado o método de sua formação?” (MADISON, 2011, p. 54, tradução nossa). Esta pergunta tem importância pois,

para caracterizarmos se um caso pode ainda ser gettierizado ou não e admiti-lo como conhecimento, o modo de formação de crenças tem relevância devido ao princípio de segurança.

É nesta discussão que o argumento de Hetherington acerca da falta de desenvolvimento e detalhes dos casos é reintroduzido, abrindo a questão: será que alguns dos casos de tratamos como sendo casos Gettier são apenas casos sem os devidos processos de justificação? Seria possível. É plausível também aceitar que há fontes justificacionais diversas (intuição racional, percepção, testemunho, memória) que tem o papel de reforçar, reiterar ou complementar qualquer justificativa. Isso leva Madison a argumentar que a falta de uma descrição e interpretação adequados de um caso e/ou a falta de uma fonte justificacional necessária podem causar o mal entendido de tomarmos um caso sobredeterminado epistemicamente, ou carente de detalhes que nos levassem às razões adequadas para se ter conhecimento como um caso gettierizado pela sorte epistêmica veritativa, não havendo critérios bem definidos para melhor discriminação do que seria uma justificativa “forte” ou “fraca” – mesmo observando que há posições epistêmicas mais estáveis – o suficiente para considerar o modo de formação da crença como impregnado pela sorte ou não. Portanto, Madison sugere que haja uma investigação mais profunda destes tópicos para se evitar de tomarmos como conhecimento o conteúdo proposicional de uma crença verdadeira acidentalmente ou pelas razões erradas (MADISON, 2011, p. 57).

Já a crítica feita por Jennifer Lackey, no artigo *What Luck is Not* (LACKEY, 2008) é direcionada à própria abordagem modal da sorte, afirmando que Pritchard a defende devido ao que filósofa chama falta de robustez contrafactual (*absence of contrafactual robustness*) das outras abordagens (LACKEY, 2008, p. 260), sendo a abordagem modal a mais ampla entre as outras. Lackey procura mostrar um contraexemplo a essa defesa que pode ser caracterizado como sorte, mas que a abordagem modal não dá conta. Em seu exemplo do tesouro enterrado, Lackey traz um caso em que Sophie, perto do leito de morte, quer enterrar suas riquezas em um local inabitado, onde haja uma terra fértil para o plantio das rosas que ela mais gosta. Sophie, perita em encontrar o melhor solo para tal plantio, o encontra, depositando ali as sementes e para que no futuro a área se encha de rosas. Porém, um mês depois Vincent, vizinho de Sophie, ao local inabitado para plantar o mesmo tipo de rosa em homenagem a sua mãe, falecida há dez anos. Ele, sendo perito no melhor tipo de solo para plantio, põe-se a buscar o melhor local para plantá-la, percorrendo o mesmo caminho e encontrando a mesma área que Sophie um mês antes, cava a terra e encontra o tesouro.

A questão no caso de Lackey é: o evento de encontrar o tesouro se dá por sorte? Intuitivamente tendemos a dizer que sim. Deste modo, se este evento é de sorte, todas as condições relevantes iniciais dos mundos possíveis próximos devem ser tais quais as do mundo atual, e ele não ocorrer. Contudo, todas as condições iniciais relevantes para que o evento acontecesse (a existência do tesouro e o local com terra fértil para o plantio de rosas) estão relacionadas a decisão de Sophie, que independe de Vincent e dependendo da variação das condições relevantes iniciais, elas sempre culminariam com Vincent encontrando o tesouro. Logo, na proximidade dos mundos possíveis o evento ocorreria com frequência, e contraintuitivamente (considerando a definição de Pritchard), este não seria um evento de sorte.

## 7. Observações conclusivas

As críticas exercidas tiveram algum impacto em sua epistemologia, porém pouco em sua abordagem modal. Pritchard em (2014) faz uma réplica ao contraexemplo de Lackey, destacando algumas ambiguidades, como a descrição que retrata que houve um caminho a se percorrer até achar o local propício, uma profundidade na qual o tesouro foi enterrado que estão implícitos no evento e podem ser considerados condições relevantes iniciais na conjuntura dos mundos possíveis próximos, e não necessariamente todos estão conectados e associados ao tesouro enterrado por Sophie. Portanto, levando em conta tais fatores, este caso para Pritchard se enquadra em sua definição modal.

Com relação as críticas ao projeto epistemológico anti-sorte, Pritchard aparentemente observou que foram pertinentes, sendo por ele mesmo realizado autocríticas em cima do que ele observou como duas visões sobre a epistemologia anti-sorte: robusta e modesta (PRITCHARD, 2015a, p. 103), desenvolvendo e aperfeiçoando modos de mitigar os problemas associados no estabelecimento das condições revelantes iniciais em conjunto com as capacidades cognitivas para obter o que ele chama de sucesso cognitivo na formação de crenças verdadeiras que evitem a sorte epistêmica veritativa e a sorte epistêmica reflexiva, como a epistemologia das virtudes anti-sorte e a epistemologia anti-risco<sup>22</sup>.

O projeto, como o próprio Pritchard destaca, não é apenas direcionado ao problema de Gettier, pois os casos Gettier tem outras ramificações além do escopo do problema anti-sorte (PRITCHARD, 2015a, pp. 95-96), além de haver outras aplicações em que a epistemologia anti-sorte possa vir a ser utilizada. Como exemplo já comentado por Pritchard na epistemologia do testemunho e na solução de problemas epistêmicos que envolvem a sorte epistêmica veritativa (PRITCHARD, 2007, pp. 293-296), se caracterizando como um projeto filosoficamente prolífico e, mesmo havendo por parte de Pritchard uma admitida transição entre uma abordagem da sorte para uma que envolva risco epistêmico (PRITCHARD, 2015b), o projeto anti-sorte ainda pode ser explorado em suas potencialidades e possíveis aplicações em áreas que vão desde a Teoria do Experimento nas ciências naturais e sociais até a Teoria Legal no Direito, bem como uma melhor elaboração dos termos de seus critérios, como a noção de *condições iniciais relevantes* na formação da crença verdadeira ou na definição do evento de sorte, e conseqüentemente, de delimitação dos *mundos possíveis próximos* ao mundo atual por ordenação de similaridade<sup>23</sup>, que pode mostrar-se um empreendimento extenso e sujeito a equívocos.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

BERNECKER, Sven. Keeping Track on the Gettier Problem. **Pacific Philosophical Quarterly**, Volume 92, Issue 2: 127-152, 2011.

BLOWN, Peter; BUCKWALTER, Wesley; TURRI, John (forthcoming). Gettier Cases: A Taxonomy. In: R. Borges; C. de Almeida; P. Klein (eds.), **Explaining knowledge**: new essays on the Gettier problem. Oxford University Press, 2018.

<sup>22</sup> Ver Pritchard (2012, 2014, 2015a, 2015b e 2017).

<sup>23</sup> Ver Lewis (1973, 1981 e 1986).



- BRONCANO-BERROCAL, Fernando. Luck as Risk and the Lack of Control Account of Luck. **Metaphilosophy** 46 (1): 1-25, 2015.
- CHURCH, Ian M. Getting 'Lucky' with Gettier. **European Journal of Philosophy** 21 (1): 37-49, 2013.
- COFFMAN, E. Thinking about luck. **Synthese** 158 (3): 385-398, 2007.
- FELDMAN, Richard. An alleged defect in Gettier counter-examples. **Australasian Journal of Philosophy** 52 (1): 68 – 69, 1974.
- FLORIDI, L. On the logical unsolvability of the Gettier problem. **Synthese** 142 (1): 61 – 79, 2004.
- GETTIER, Edmund (1963). Is Justified True Belief Knowledge? **Analysis** 23 (6): 121-123, 1963.
- ICHIKAWA, Jonathan Jenkins and STEUP, Matthias. The Analysis of Knowledge. In: Edward N. Zalta (ed.) **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2017.
- LACKEY, Jennifer. What luck is not. **Australasian Journal of Philosophy** 86 (2): 255 – 267, 2008.
- LEWIS, David. **Counterfactuals**, Oxford: Blackwell, 1973.
- LEWIS, David. Ordering semantics and premise semantics for counterfactuals. **Journal of Philosophical Logic**, 10 (2): 217-234, 1981.
- LEWIS, David. **On the Plurality of Worlds**. Oxford: Blackwell, 1986.
- MADISON, B. J. C. Combating Anti Anti-Luck Epistemology. **Australasian Journal of Philosophy** 89 (1):47-58, 2011.
- PRITCHARD, Duncan. **Epistemic Luck**. Oxford University Press UK, 2005.
- PRITCHARD, Duncan. Anti-luck epistemology. **Synthese** 158 (3): 277-297, 2007.
- PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Virtue Epistemology. **Journal of Philosophy** 109 (3): 247-279, 2012.
- PRITCHARD, Duncan. The Modal Account of Luck. **Metaphilosophy** 45 (4-5): 594-619, 2014.
- PRITCHARD, Duncan. Anti-luck epistemology and the Gettier problem. **Philosophical Studies** 172 (1): 93-111, 2015a.
- PRITCHARD, Duncan. Risk. **Metaphilosophy** 46 (3): 436-461, 2015b.
- PRITCHARD, Duncan. Anti-risk epistemology and negative epistemic dependence. **Synthese**: 1-16, 2017.
- RESCHER, Nicholas. **Luck: The Brilliant Randomness of Everyday Life**. Farrar, Straus and Giroux, 1995.
- SHOPE, Robert K. **The Analysis of Knowing: A Decade of Research**. Princeton: New Jersey: Princeton University Press, 1983.
- ZAGZEBSKI, Linda. The Inescapability of Gettier's Problems. **The Philosophical Quarterly**, Vol. 44, No. 174, pp. 65-73, 1994.